

ANAIS DO
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME II

LXV

Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1976

UMA UNIDADE AÇUCAREIRA EM SERGIPE.
— O ENGENHO PEDRAS — (*) (**).

MARIA DA GLÓRIA SANTANA DE
ALMEIDA

do Departamento de História e Filosofia da Universidade Federal de Sergipe.

1. — *INTRODUÇÃO.*

Desde os inícios do século XVII, quando o elemento colonizador começou a reivindicar as terras centro-litorâneas do território sergipano, as vantagens que os ricos vales formados pelos rios Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba ofereciam à agricultura, em especial à cultura da cana-de-açúcar, foram claramente percebidas. Constituído seu solo de ricas terras de massapê, a lavoura canavieira aí se desenvolveria, sem necessidade de constante renovação ou de técnicas que sacrificassem a sua ocupação, por longos períodos. Associava-se a essas vantagens, a localização, aí, da melhor via de comunicação de que a Província dispunha, principal meio de escoamento da produção regional — o largo estuário que o Sergipe forma ao lançar suas águas no Atlântico, conhecido como Barra da Cotinguiba. Esta região pareceu-nos ideal para fornecer um modelo de propriedade açucareira que retratasse os

(*) . — Comunicação apresentada na 1ª Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 2 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(**) . — APES — Arquivo Público do Estado de Sergipe.
BPES — Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.
AB — Arquivo da Sra. Baby Leite.
ACM — Arquivo Cartorial de Maroim.
BN — Biblioteca Nacional.
AN — Arquivo Nacional.

(***) . — A coleta de dados cartoriais contou com a colaboração da aluna Lenalda Santos a quem exp:essamos nossos agradecimentos.

estímulos que atuaram sobre o desenvolvimento da economia, as discrepâncias internas do sistema agrícola e comercial e as transformações a que se impôs para adaptar-se à revolução tecnológica dos tempos industriais.

O antigo engenho Pedras se nos afigurou uma dessas unidades que possibilitaria uma análise particular do processo evolutivo da cultura canavieira em Sergipe. Situada nessa faixa de grande potencialidade agrícola, profundamente propícia à cana-de-açúcar, surgiu como resposta aos incentivos externos e internos que, em fins do século XVIII e inícios do século passado, atuaram sobre a produção açucareira no Brasil e garantiram a formação de um novo ciclo de açúcar em nosso país. Tentamos considerar o seu ritmo de vida em amplas unidades de tempo, por quase dois séculos de descontínua evolução. Nesse período de larga duração, enfocamos seus ciclos de apogeu e as etapas que limitaram seu esforço para atingir um plena realização econômica. Sob aspectos muito reais de continuidade, a história dessa unidade açucareira atravessa, então, distintas fases que se identificam com as profundas mutações que atingem a cultura da cana-de-açúcar em Sergipe.

A mais significativa documentação de que dispomos para este comunicado sobre a propriedade Pedras foi obtida em pesquisas cartoriais, à base de testamentos e inventários (***). Graças ao respeito pelas coisas do passado, a Sra. Baby Leite, membro da família outrora detentora da propriedade, nos pôs em contato com outras informações, principalmente referentes à vida das Pedras, neste século. Contribuíram para precisar os contornos da sua evolução. Outros documentos, esparsos, obtidos em Pesquisas no Arquivo Público Estadual, foram, pouco a pouco, compondo um quadro significativo mas limitado, apesar dos esforços despendidos. Através de entrevistas com os mais recentes proprietários da Usina, Dr. Gonçalo Rolemberg do Prado e Dr. Augusto do Prado Leite, pudemos obter dados mais atuais sobre o histórico da empresa.

* *
*

II. — *FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE — ESBOÇO HISTÓRICO.*

A mais antiga informação sobre a existência do *Engenho Pedras* data de 1807, quando um viajante que atravessava a região o cita como um ponto de passagem anterior ao Engenho *Unha do Gato*, de

propriedade do coronel Gonçalo Paes (1). O desejo de obter dados que permitissem buscar as origens da propriedade levou-nos à recomposição da genealogia da família, em função das propriedades que possuíam. Eram todos senhores de engenho, de grande destaque na vida política, social e econômica da Continguiaba, nas primeiras décadas do século XIX.

Esta tarefa, que exigiu um trabalho de pesquisa apurada, e com grande dispêndio de tempo, pelo exame de inventários diversos, não conduziu a dados precisos sobre a formação da propriedade, mas permitiu que construíssemos uma hipótese com alta probabilidade de certeza.

Detendo-nos nos inícios do século XIX, na região compreendida entre o rio Sergipe e o Japarutuba, veremos que nas várzeas do rio Sirirí, erguem-se engenhos banguês pertencentes a membros de uma só família. Observemos os limites de um deles, *Pedras*, objetivo do nosso estudo:

“ao sul com o engenho Santo Antônio e Pombinha; ao norte com o engenho Unha do Gato; ao nascente com o da Canoa Nova e ao poente com o Maria Teles” (2).

Onde se encontram o norte e o poente, localizam-se os engenhos que estavam em mãos de um mesmo grupo familiar. O Maria Teles, ao oeste, na primeira metade do século XIX, é propriedade de Simião Telles de Menezes, casado com Clara Maria de Lima, irmã de Manoel Rollemberg d’Azevedo, ambos filhos de Gonçalo Paes de Azevedo, o citado dono do engenho Unha do Gato em 1807. Tal nome consta de uma relação de proprietários da comarca de Sergipe Del Rey que Antônio Caldas em 1759 enumera como pertencente ao partido da Cotinguiba. Atribui que seu engenho tenha produção anual de 78 arrobas de açúcar branco e 1.390 arrobas de mascavado. Não é uma grande produção, uma vez que no mesmo quadro, Manoel Suzarte de Andrade chega a conseguir 1.603 arrobas, e 4 libras de açúcar branco e 1.050 arrobas de mascavado (3).

(1). — TAVARES (Luiz Henrique Dias), *Roteiro de uma viagem em 1807, Cachoeira a Bahia ao Recife em Pernambuco*. Trabalho apresentado ao V Simpósio de História do Nordeste, Aracaju, 14-18 de agosto de 1973.

(2). — MARUIM, *Inventários e Testamentos* — 1866.

(3). — CALDAS (José Antônio), *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia*. Revista do I.G.H.B. Salvador.

Por sua vez o engenho Maria Teles se limitava também com o Unha do Gato e o engenho Mato Grosso (4). Este, em 1807 é propriedade de João Paes Rolemberg que poderia ser irmão de Gonçalo Paes d'Azevedo; em todo caso, seu parente bem próximo. O Unha do Gato, por sua vez, limitava-se também com as terras do engenho Vitória e, como ele pertencente à família, nos meados do século.

Das propriedades existentes no termo de Santo Amaro em 1757, Felisbello Freire (5) cita os sítios Berlingas, Moita, *Maria Teles*; entre os engenhos que relaciona estão o Jordão, Catete, Maruim de Baixo, Maruim de Cima etc. Não seria deste sítio, como então se denominavam áreas que só plantavam a cana, que se originaram os engenhos da família nos últimos decênios do século XVIII?

Julgamos que todas essas terras teriam pertencido a um ancestral comum que as teria fracionado, pouco a pouco, com a finalidade de proporcionar aos filhos uma razoável subsistência e garantir-lhes a posição na sociedade que a posse de engenhos assegurava. Mais que isso, o fim do século XVIII e começos do século XIX assistiram a um dos períodos mais florescentes para a economia açucareira como resultado da valorização dos preços de açúcar, das exigências do mercado internacional, da queda da produção das Antilhas, etc.

Essas condições estimuladoras tornaram a comercialização mais lucrativa e possibilitaram a dispensa de maiores áreas para a manutenção do nível de produtividade da fazenda.

Baseando melhor esta argumentação, destacamos que em 1823 o engenho Pedras pertence a Manoel Rolemberg d'Azevedo, e o Unha do Gato ainda está em mãos de Gonçalo Paes d'Azevedo (6). Dois anos mais tarde registra-se a posse deste último pelo referido proprietário das Pedras, seu filho, e será através do casamento da viúva de Manoel Rolemberg, Maria de Faro Rolemberg, que o Unha do Gato passará para as mãos do Barão de Maruim.

Em 1834 são proprietários do Engenho Pedras Luiz Barbosa de Madureira (cuja família era possuidora do Engenho Periperí, nas proximidades) e sua mulher Ana de Faro Rolemberg, filha de Manoel Rolemberg d'Azevedo. Constatamos, então, que os quatro engenhos vizinhos tinham passado, por herança, aos descendentes de Manoel Rolemberg — Unha do Gato, ao Barão de Maruim pelo seu casamen-

(4). — ARACAJU — APES — *Livro de Registro de Terras de Maruim*. 1856.

(5). — FREIRE (Felisbello), *História Territorial do Brasil*, 1^o vol. Typografia do Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. 1906.

(6). — ARACAJU — APES — *Cópia da Matricula dos Engenhos desta Província*. 1823.

to com Maria de Faro Rolemborg (viuva); o Vitória, limítrofe deste, ao seu filho Gonçalo de Faro Rolemborg, futuro Barão de Japarutuba; o Maria Teles a Manoel Rolemborg de Menezes, casado com a neta, filha do Barão. Julgamos válido referir, em vista da sua proximidade e para dar uma visão total do patrimônio da família, o engenho São Joaquim, de propriedade de outra filha de Manoel Rolemborg, Maria de Faro Rolemborg, que teve morte trágica.

Enfim, as quatro primeiras propriedades constituíam um todo contínuo e homogêneo, atravessadas pelo rio Sirirí, elemento indispensável para a composição de uma propriedade canavieira. Quando da introdução das relações capitalistas no setor açucareiro, seria principalmente sobre este complexo familiar que a usina Pedras faria a expansão da sua área de cultivo.

*

Os meados do século XIX significam uma fase de grande preocupação dos líderes sergipanos pelos grandes projetos considerados como os verdadeiros caminhos para a autêntica concretização da autonomia da Província e da sua realização econômica e social: a abertura de canais, ligando os grandes rios entre si, significava perspectivas de fácil comunicação entre as regiões litorâneas de Sergipe e a Província da Bahia, para onde continuava a ser enviada a maior parte dos nossos produtos; a linha de navegação a vapor reduziria a irregularidade do movimento de embarcações à vela, apressaria o tempo de viagem e os perigos da barra seriam melhor superados; a construção de estradas; a criação de estabelecimentos de crédito rural

“onde o negociante pudesse obter os valores precisos às suas transações sem ver-se coagido a comprar em praças de províncias estranhas aonde lhes garante o crédito e o dinheiro” (7).

A par dessa conscientização das necessidades da região, para encetar a arrancada para o progresso, a Província teve que atravessar graves momentos que prejudicariam, profundamente, a concretização da sua “*ideologia do progresso*” como definiu o Prof. Luiz Mott (8), quando evidenciou essa ansiedade de transformações que acometeu os provincianos daquela época.

A proibição do tráfico negreiro, ao mesmo tempo que possibilitou a libertação de capitais para empreendimentos novos, desfechou gran-

(7). — ARACAJU — APES — *Demonstrativo do Movimento da Al-fândega de Aracaju* — 1873/1875. Fev. 1875.

(8). — MOTT (Luiz R. B.), *O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e a Ideologia do Progresso*. Trabalho apresentado ao V Simpósio de História do Nordeste. Aracaju, 14-18 — agosto 1973.

de golpe sobre a força de trabalho utilizado nas empresas agrícolas, principalmente açucareiras. Como consequência, os escravos de atividades de subsistência foram atraídos para satisfazer as necessidades da cultura açucareira, que dispunha de capitais capazes de mantê-los em seus serviços. Aliado esse fato à eclosão do cólera-morbus e às sucessivas secas que afligiram a agricultura da Província, assistiu-se em fins da década de 50 a uma das maiores crises da século XIX, evidenciada pelos horrores da alta dos preços de alimentos e, em decorrência, da fome.

Foi nesse clima de instabilidade social e econômica, caracterizada por grandiosos planos e por condições adversas, que o engenho Pedras esteve em mãos de Luiz Madureira. A propriedade reflete esse estado de coisas com momentos de expansão e aplicação de capitais em escravos e artigos de luxo e com instantes que prenunciam uma grande crise que se avizinha.

Muitas fortunas sofreram completa desarticulação com a partilha dos bens, por morte de um dos cônjuges. Percebe-se claramente esse processo de decomposição através do sistema de sucessão hereditária, que se aplicou aos bens do casal, inventariados após a morte de D. Ana em 1866.

Da avaliação total da suas posses em mais de 229:032\$800, coube ao proprietário viuvo uma parte correspondente a 110:562\$650. O golpe sofrido, principalmente com a extrema redução da possibilidade de dispor de uma força de trabalho humana ou animal, necessária ao perfeito funcionamento dessa unidade açucareira, reduziu todas as chances de a propriedade vir a recompor sua capacidade de produção. Apesar de, no inventário, constar o montante das dívidas em 6:707\$488, sabemos que a propriedade já atravessava um período de crise com falta de capital circulante.

O auge do processo de desarticulação do sistema se revelou com a morte de Luiz Madureira, em 1872, e o protesto de dívidas por Antônio Pereira Espinheira e Companhia, em quantia superior a cem contos. Percebemos que, nesses seis anos, a propriedade resvalou por um plano inclinado de desníveis de produção a ponto de constar, no seu inventário de 5 de dezembro de 1872, apenas 40 escravos e, como semoventes, 117 bestas, uma poldra, 9 sendeiros, um burro e um poldrinho. Nessa época, o engenho continuava a ser avaliado em 90:000\$000.

Ficando como inventariante dos bens deixados por seu pai, Manoel Rolemborg Accioli Madureira, sem condições de preservar o patrimônio, pratica uma política de irresponsabilidade e depredação. João Gonçalves Siqueira Maciel, por cabeça de sua mulher e dos seus

filhos (de sua primeira mulher Alexandrina Rolemberg Madureira) faz queixa ao oficial de Justiça sobre o comportamento do seu cunhado que

“tem procurado por todos os meios, defraudar os bens do casal, já alforriando por sua conta as escravas Germana e Amância, já finalmente vendendo outros a diversos, allem da fábrica de bois e cavallos, que tudo também depôs em seu proveito particular”.

Essa situação leva o Juiz de Orfãos a mandar que

“ficasse suspensa a partilha dos bens deste espólio segundo o protesto existente nos ditos autos até que se liquidasse o mesmo espólio que aliás se acha sobre carregado de dívidas talvez superiores aos bens existentes” (9).

Arrematada em hasta pública pelo Barão de Propriá, em 1875, logo a propriedade passaria para as mãos do seu filho adotivo, Gonçalo Vieira de Melo Prado (10). De posse do engenho Pedras nas últimas décadas do século, Gonçalo não o conduziria a uma posição vantajosa ante o progresso técnico que atingira a indústria açucareira em todo o Brasil. Não se lhe podem negar as medidas necessárias para preservá-lo e reconduzi-lo ao equilíbrio. Ele mesmo reconheceu em seu testamento a situação de estabilidade que imprimiu ao engenho quando disse:

“Por graça de Deus e devido à generosidade do meu Cla:ro Padrinho o Barão de Propriá, vivi na abastança deixando os meus bens senão aumentados pelo menos intactos...” (11).

O período sob sua direção assistira à modificação radical da força de trabalho agrícola do Brasil, com a abolição da mão-de-obra escrava, o que alterou profundamente a ordem interna de muitas propriedades açucareiras. Os dados são imprecisos sobre o seu tempo. Esse período foi, sem dúvida, um dos mais críticos, quando os problemas se avolumavam e o pequeno Estado atravessava grandes vicissitudes.

“Por todos os vapores que saem do nosso pequeno porto, emigram para o norte e o sul do país levas dos nossos compatriotas

-
- (9). — MARUIM — ACM — *Inventários e Testamentos* — 1874.
(10). — ARACAJU — ABP — *Cópia da Carta de Arrematação* — 1875.
(11). — MARUIM — ACM — *Inventários e Testamentos* — 1907.

que vão buscar na Amazonas e em São Paulo o trabalho e o bem estar que lhes falta na terra em que nasceram... é mais frisante prova da crise agrícola e industrial em que se debate nosso Estado" (12).

O valor atribuído ao engenho em 1907 está reduzido à metade do que lhe coubera em 1872. A que atribuir essa avaliação tão baixa, se não houve desmembramento da sua área? Seria apenas uma prática que se estava firmando de registrar as propriedades com um valor extremamente reduzido ou seria o sintoma dessa crise que se abatia sobre o Estado, talvez iniciada com a abolição do cativo, e que teria provocado o aumento da oferta de propriedades e sua consequente desvalorização?

O montante dos bens inventariados em 1907 resumia-se a 5:800\$000 de gado vacum e cavalariço, 5:600\$000 em bens de raiz, sendo um quinhão "pro indiviso" nos terrenos do extinto engenho Maria Telles (herança de sua mãe) no valor de 5:400\$000 e de dois sítios Cabula e Labareda no valor de 200\$000 (que couberam aos filhos de libertas). A soma total dos bens chega a 75:000\$000 donde se extrairia 19:051\$000 de dívidas e despesas e 13:700\$000 dos legados deixados a crias. Restavam ao jovem herdeiro 42:649\$000.

Com essa pequena fortuna, Gonçalo Rolemberg do Prado inicia um período de pleno florescimento da empresa agrícola, que lhe coube por herança. Para romper essa fase de estabilização, seria necessário grande inversão de capitais. Tornava-se primordial que a propriedade fosse introduzida nas técnicas de produção de açúcar que substituíram os velhos banguês, a partir dos fins do século XIX. A instalação de moderna usina e a separação entre a fábrica e o campo serão consequências do novo tipo de relações que se estabeleceram.

Podemos atribuir ao coronel Gonçalo Rolemberg do Prado, uma dessas figuras de ação como homem da cana e do açúcar, que soube crescer mesmo em período de crise, como aquele compreendido entre os anos 1889-1930. Partindo de uma propriedade que mal se adaptava ao período industrial do açúcar, o coronel Gonçalo chegou a implantar um significativo complexo agro-industrial.

Em 1957, após sua morte, os bens entraram em processo de partilha ficando sua esposa, D. Maria Rolemberg da Cruz Prado, como a grande acionista da Usina. Tendo seu filho, Dr. Gonçalo Prado, à frente da administração, grandes reformas foram implantadas, quer na

(12). — MARUIM — *O Arauto*. Aracaju, 24 de março de 1892, p. 1.

aquisição de maquinário novo e de maior capacidade, quer na introdução de novas técnicas no cultivo do solo.

Recompondo um conjunto que o coronel Gonçalves tinha dissociado, em 1969 o grupo Oiteirinhos, de membros da família, fez fusão com Pedras e passou a ser Usina Oiteirinhos Ltda., que se preservou apenas por 3 anos. Constituiu-se, então, em um imóvel rural da Sociedade Agrícola e Industrial Usina Oiteirinhos Ltda. compreendendo cinco áreas não contíguas, assim discriminadas conforme o mapa 1 (13):

<i>Fazenda</i>	<i>Área (ha)</i>
Pedras	3.634
Oiteirinhos	2.956
Cajueiro	216
Ladeira	667
Pé de Galinha	94
Área Total	7.567

Sob a direção do Dr. Augusto do Prado Leite, neto do coronel Gonçalves, foram vendidas 50% das ações, em julho de 1971, à ASTEP S/A, empresa de Recife dedicada a estudo sobre estradas. Foi uma composição efêmera, pois em agosto de 1972 o grupo Franco e Cia., hoje Usina São José do Pinheiro S/A, adquiriu a maior parte das ações daquele grupo. Como usina, ela continuou a executar seus trabalhos de moenda até a safra de 1974. Desde então transformou-se em fazenda de canas, fornecedora de matéria prima para o trabalho de moagem da Usina Pinheiro S/A.

* *
*

III. — ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA.

Diante da Comissão encarregada de registrar as terras do município de Maruim, Luiz Barbosa de Madureira em 1856 diria que possui o engenho Pedras

“cuja extensão não hé conhecida”.

Ajudada pela marcação do limites da propriedade nos tempos atuais, feita pelo Dr. Gonçalves Rolemberg do Prado, e pela fixação

(13). — ASTEP S/A — USINA OITEIRINHOS — *Estudos Básicos*. Maruim, abr. 1972.

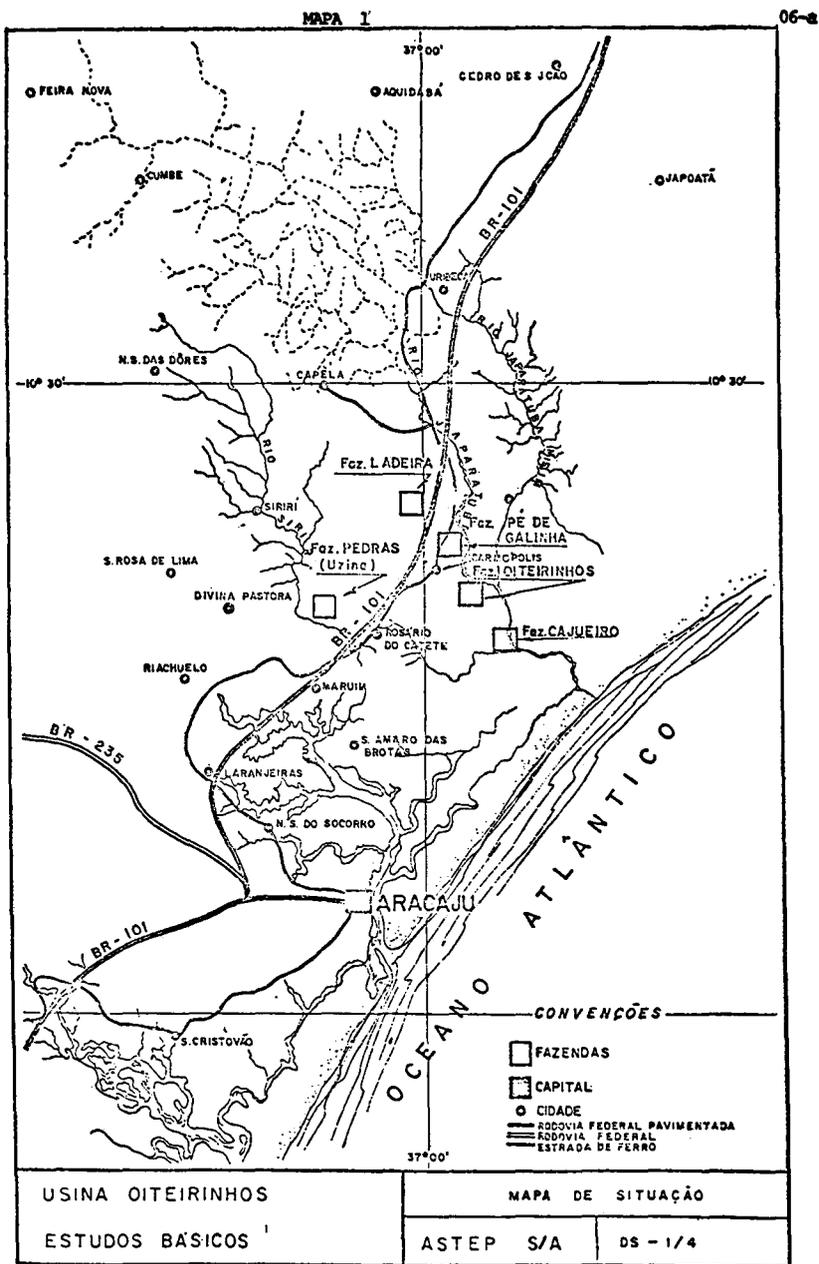
aproximada das áreas adquiridas pelo seu pai, pudemos avaliar, de acordo com cálculos sobre a aerofotogrametria da região fornecida pela Petrobrás, que a propriedade Pedras, nos meados do século XIX deveria ter uma dimensão aproximada de 280 hectares.

Continuando as informações que prestava naquela ocasião à referida comissão, o proprietário do engenho assim fixava os seus limites, detalhadamente:

“Principia com o Engenho Canoa, propriedade do Capitão Francisco de Assumpção Menezes e com o Engenho Peripe i do finado meu irmão Gonçalo Paes Barbosa de Madureira. No ponente com o Engenho Maria Telles do major Manoel Rolemberg de Menezes. No Norte, na parte que banha o rio Siriry com o Engenho Unha do Gato do Barão de Maroim. No sul com o Santo Antônio do tenente coronel José de Barros Pimentel e com o da Pombinha do coronel José Sutério de Menezes” (14).

Era uma unidade agrícola de reduzida dimensão para absorver uma estrutura agrária bastante complexa como deveria ser a propriedade açucareira, fracionada em áreas ocupadas pela lavoura da cana-de-açúcar, pastagem para o gado destinado aos trabalhos da empresa agrícola, matas que fornecessem a lenha para alimentar a fornalha da fábrica e aquela, de utilização não agrícola, destinada às vivendas e à fábrica. É verdade que o banguê não possuía capacidade para o aproveitamento de extensas terras, nem sua aparelhagem permitia a moagem de grandes safras. Mas essa área muito reduzida diminuía a possibilidade de esboçar experiências com novas culturas, capazes de diminuir o choque das oscilações comerciais que acometeram a atividade açucareira. Far-se-ia necessário, para isso, sacrificar sua rentabilidade normal, reduzindo da cana o espaço que lhe era dedicado. Já se fazia necessária uma pequena plantação de mandioca para assegurar aos escravos a alimentação diária. Nem todos os engenhos a possuíam. Apesar de as leis coloniais a terem tornado obrigatória nos engenhos, a redução do tamanho das propriedades açucareiras conduziu ao aproveitamento máximo da área com atividades ligadas exclusivamente à produção do açúcar. Em 1866 o Engenho Pedras tinha suas “roças de mandioca”. Sem dúvida, o alto preço dos cereais e a falta do produto nos mercados, como ocorrera nos fins da década de 50, contribuíram muito para que os proprietários procurassem ter um mínimo de garantia do produto em suas fazendas. Na década de 60, motivados pelos estímulos de comercialização que o algodão vinha

(14) — ARACAJU — APES — *Livro de Registro de Terras, op. cit.*, 1856.



conseguindo e preocupados com o prolongamento da crise açucareira decorrente da baixa de preço do açúcar e retração do mercado externo, muitos agricultores sergipanos se voltaram para a cultura algodoeira. Senhores de engenho também participaram do empreendimento. O engenho Pedras possuía seus “algodões” em 1866.

Se as condições financeiras permitissem a um proprietário de engenho a expansão dos seus negócios, a ideologia do sistema o levaria para a inversão de capitais na ampliação da força de trabalho da empresa simbolizada, até o último quartel do século XIX, no número de escravos da unidade econômica ou na compra de novas terras, geralmente, propícias à cultura canavieira.

Em 1866 o proprietário das Pedras possuía também o engenho Periperí Novo, no termo de Rosário do Catete, comprado por escritura pública a seu cunhado, o Barão de Japarutuba. Esse engenho se tinha formado do desmembramento do Periperí que pertencera à família de Madureira. Como parte da herança materna, dispunha também de um quinhão no que agora constituía o engenho Periperí Velho. Duas pequenas partes de terras indivisas no sítio Toucinho, no próprio Termo de Maruim, e 17 ações na Companhia Sergipana de Estocagem complementavam o quadro das possibilidades de reaplicação de capitais de que dispusera Luiz Madureira.

O ciclo de desnível da curva de crescimento da produção, que perdurou por mais de 10 anos, na década de 65-74, começou a ser alterado quando da administração do coronel Gonçalo Vieira de Melo Prado. A estrutura interna da unidade de produção analisada manteve-se intacta, apesar da obrigatoriedade de aplicação da mão-de-obra livre em seus serviços e da adoção do vapor para o movimento das suas máquinas.

Quando, a partir de 1910, o primitivo engenho procura adaptar-se ao processo de industrialização, o faz acompanhando a crescente tendência da usina a substituir-se ao lavrador. Esse fato revolucionou completamente a dimensão e distribuição interna da propriedade.

A separação da parte industrial daquela que cuidava da produção agrícola fora incentivada pela ação do governo ao fomentar o aparecimento de engenhos centrais. Era uma fórmula para minorar o grande golpe da abolição da escravatura e das vicissitudes do mercado. Aos poucos, as usinas foram se sobrepondo àquelas instituições semi-oficiais e cuidando para que a fábrica e o campo estivessem associados num único conjunto.

A estrutura latifundiária se consolidaria à medida que o fenômeno de progressiva acumulação de terras conduzisse à composição de poderosas empresas de exploração agrícola e industrial.

Engajado nesse movimento geral das unidades açucareiras do Brasil, que dispunham de meios suficientes para tentar a sua participação no processo de renascimento da decadente classe açucareira, o engenho Pedras modificaria completamente a sua estrutura e viria a compor um conjunto de propriedades conhecido como PEDRAS S/A. Essa composição se processaria lenta, mas constantemente, durante as três primeiras décadas do século atual, através do fenômeno de reagregação de terras. Um movimento contrário, como vimos, teria sido, primitivamente, responsável pela formação de várias unidades de pequena dimensão, mais adaptadas ao tipo de exploração de um engenho banguê.

O mapa 2, mostra a unidade central do conjunto Pedras, abrangendo propriedades que, no século anterior, compunham pequenas empresas independentes. Através dessa política, chegou a reunir, em torno do seu núcleo, cerca de 11.992,2 tarefas ou 3.634 ha (15). Em 1909 se iniciou esse processo de unificação de várias partes, com a compra ao coronel Francisco Cardoso do engenho Canoa Nova, com

“suas máquinas, taxas, casas de morar, casas pequenas para trabalhadores e demais pertences e terras do engenho e ainda 30 bois ao preço de 40:000\$000”.

A preço de 100:000\$000 foi adquirido em 1913 o Engenho Vitória ao coronel Manoel Aguiar Melo e mulher, Joaquim Machado de Faro Rolemberg, Zacarias Rolemberg, etc.,

“com todas as suas terras e safra”.

A Adolfo Schimith e à firma comercial de Maruim, em liquidação, A. Schramm, adquiriu ao preço de 70:000\$000 o engenho Pombinha com terras anexas ao Maruim de Cima, em 1916. O Santo Antônio, antiga usina limítrofe com as Pedras e também contínuo ao Pombinha, foi adquirido, em 1917, a José Diniz de Faro Dantas.

Nesse mesmo ano o Batinga passou ao grupo. Outras aquisições foram feitas no período compreendido entre 1910 e 1930. Conforme quadro abaixo, podemos ter uma real visão da política de concentração de propriedades rurais a que se impôs a empresa Pedras para conseguir a formação, em 1917, de uma das cinco usinas completas de que dispunha o Estado. Em 1934, assim está o lançamento de algumas das propriedades de Gonçalo Rolemberg do Prado nas diversas Exatorias municipais do Estado:

(15). — ASTEP S/A, *op. cit.*

<i>Pela Exatoria de Capela:</i>	
Ladeira	150:000\$000
Boa Vista	25:000\$000
Sapucaia	15:000\$000
<i>Pela Exatoria de Japaratuba:</i>	
900:000\$000	
<i>Pela Exatoria de Laranjeiras:</i>	
Santa Cruz e Gravatá	160:000\$000
<i>Pela Exatoria de Maruim:</i>	
Pedras — valor venal	900:000\$000
Fazenda Bolinga	60:000\$000
Fazenda João Pereira	40:000\$000
Fazenda Prainha	30:000\$000
<i>Pela Exatoria de Rosário do Catete:</i>	
Curitiba — valor venal	40:000\$000
Unha do Gato	180:000\$000
Victória	180:000\$000
Floresta	280:000\$000
São Miguel	100:000\$000
Macambira	180:000\$000
Panelas	120:000\$000
U... de Cima	200:000\$000
Idem de Baixo	200:000\$000
<i>Pela Exatoria de Sirirí:</i>	
Fazendas Farias	40:000\$000

Essa política da ampliação da sua área levou à formação de novos confrontantes para a Usina Pedras:

- Ao norte: — Fazenda Maniçoba
- Fazenda Piranhas
- Povoado Siririzinho
- Fazenda Oiteirinhos *
- Ao sul: — Fazenda Canoa *
- Fazenda Vassoura *
- Fazenda Flor do Maruim *
- Sítio Praça da Estação
- Sítio Rio Sirirí
- Sítio Canoa *
- Sítio Lebra
- Fazenda Forno
- Fazenda São João *
- A oeste: — Fazenda Sítio
- Sítio Pinheirinho
- Fazenda Lagoa dos Porcos

(*) . — Antigos engenhos que conseguimos identificar.

Povoado Oiteirinhos
Fazenda Olhos D'água *
Fazenda Mato Grosso *
Engenho Novo *
Fazenda Maniçoba

Integrada no sistema capitalista de produção, o conjunto Pedras procuraria diversificar a utilização agrícola das suas áreas de produção. Enquanto a Usina, envolvendo a área do citado mapa 2, em anexo, era orientada para a cultura da cana-de-açúcar, fazendas de gado localizadas em Maruim (Sião), no sertão, na Bahia ou em Capela asseguraram a diversificação de empreendimentos capazes de garantir o equilíbrio econômico da composição. O coronel Gonçalo Roemberg do Prado tornou-se ainda o maior acionista e Diretor Presidente do Banco Mercantil Sergipense e da Fábrica Santa Cruz da Companhia Industrial de Estância. Isso lhe possibilitou um ganho de lucros capaz de manter a empresa em crescente desenvolvimento (16).

Aí, em Pedras, a cana-de-açúcar cederia terreno para uma pequena quantidade de gado e para o aumento das matas suficientes ao fornecimento da madeira necessária a construções e outros fins. O relevo dominante da propriedade é o plano ou suavemente ondulado (17). Assim sendo, as condições morfológicas constituem elementos altamente estimuladores para a cultura da cana-de-açúcar na região. Em 1972, entretanto, apesar de estar orientada para essa cultura, a fazenda Pedras dedica à cana-de-açúcar apenas 1.414 ha. ou seja 38,8% do total da sua área. O restante das terras assim estava distribuído (18):

Área	ha	Área	ha
Pasto	384	Capoeira	85
Mata esparsa	943	Culturas diversificadas	84
Mata densa	380	Bambu	33
Área em pousio	262	Área sem vegetação	48

Dissociando-se da parte industrial, a usina Pedras passou a compor desde agosto de 1972 um grupo muito mais complexo e poderoso que a reduziu a fazenda canavieira, fornecedora de matéria prima à Usina São José do Pinheiro S/A. Desde então a política de explora-

(16). — *Ibidem.*

(17). — *Ibidem.*

(18). — *Ibidem.*

ção da propriedade tem se aplicado na expansão cada vez maior da área destinada ao plantio de cana de açúcar.

<i>Safras</i>	<i>Cana Nova</i>	<i>Cana de Corte</i>
1972/1973	340 ha	750 ha
1973/1974	520 ha	822 ha
1974/1975	591 ha	1.290 ha

Pela observação do quadro acima podemos perceber que da primeira para a segunda safra houve uma expansão correspondente a 252 ha de cultivo de cana. Da safra de 73/74 para 74/75 garantiu-se o aumento da área de ocupação canavieira em 539 ha.

* *
*

IV. — *TECNOLOGIA E MÃO-DE-OBRA.*

A fertilidade natural do solo, dotado da umidade e dos elementos nutritivos necessários ao desenvolvimento extraordinário dos canaviais, revelou-se uma das condições prioritárias para que a propriedade fosse orientada no sentido da produção açucareira. A terra ocupada pela cana-de-açúcar na unidade agrícola estudada, como acontecia com os melhores solos do Cotinguiba, apresentava um tal índice de fertilidade que não sofria do esgotamento que, geralmente, acometia aos de outras Províncias ocupadas pela lavoura açucareira. Nos inícios do século XX, a plantação de um canavial na Usina Pedras perdurava, em média, de 6 a 7 anos. Hoje, a renovação se faz necessária num tempo mais reduzido, 4 anos, no máximo. Muitas vezes fazia-se apenas a retocagem de pequenas áreas onde houvesse falhas de fertilidade. Havia regiões de tão alta fertilidade que possibilitava a conservação de uma planta por 30 anos seguidos. Na área do antigo engenho *Vitória*, uma das mais férteis do conjunto, havia um canavial conhecido como “canavial dos 30 anos” (19). Para compensar os teores baixos de alguns elementos nutrientes do solo como fósforo, potássio, etc., em tempos do Dr. Gonçalo, filho, foi realizada uma experiência com adubação complementar nos moldes da mais moderna técnica de tratamento dos solos. As análises revelaram a necessidade de adubação à base de NP e/ou NPK e, em algumas áreas, de aplicação de calcáreo (20).

(19). — LEITE (Augusto), Entrevista concedida à autora. Aracaju, 1975.

(20). — ASTEP S.A., *op. cit.*

Não podemos determinar as variedades de cana que nela eram cultivadas enquanto engenho banguê. Entretanto sabemos que até os meados do século XIX, era a crioula, conhecida no Brasil desde os primeiros dias da colonização, a variedade preferentemente utilizada pelos nossos lavradores. Em 1810 a cana caiana, também chamada Otaiti, foi introduzida na Bahia e, decorrentes dos contatos mais intensos entre os agricultores sergipanos e os daquela província vizinha, certamente foi logo divulgada entre aqueles. A caiana logo se manifestou superior à variedade existente, graças ao seu teor sacarígeno superior quatro a seis vezes mas, cujo poder de degenerescência precoce restringiu sua maior divulgação. Essa perda de características que geralmente atingia as sementes depois de anos sucessivos de plantio tornava imprescindível a sua substituição por novas variedades. Mais modernamente a propriedade passou a fazer suas plantações com P0j 2878, de alta rentabilidade mas que também entrou em processo de degenerescência. Associou-se então a C0 290 que aguentava muita água. Oriunda do cruzamento das duas, plantou-se o CO 231.

Pelos dados obtidos, não se pode associar aos proprietários do engenho, no século XIX, nenhum espírito inovador capaz de modificar as técnicas de plantio vigentes entre plantadores de cana-de-açúcar. A ideologia progressista que atingiu a Província, desde os inícios da segunda metade do século passado, não foi possível ligar o nome do proprietário Madureira. Seu nome não participa da criação do Imperial Instituto Agrônômico, nem tampouco do Comício Agrícola Sergipense, sediado na vizinha cidade de Maruim e do qual participavam importantes proprietários de engenhos do Vale da Cotinguiba. Se à primeira instituição não é possível atribuir tomada de medidas que resultassem na aplicação de técnicas mais modernas, à segunda devem-se reconhecer iniciativas concretas visando à melhoria das práticas de cultivo da cana-de-açúcar. Implementos agrícolas foram comprados para serem vendidos aos lavradores sergipanos por um preço mais reduzido. Ao Comício Agrícola Sergipense devem-se, também, providências para a importação de sementes de cana “salangor”. Essa atitude de Luiz Madureira, que poderíamos chamar de alheamento, é provocada menos pelo seu arraigado preconceito às inovações, do que pelas dificuldades que, à essa época, vinham atravessando as finanças da família (21).

Sem sombra de dúvidas podemos afirmar que as técnicas agrícolas usadas no cultivo de cana-de-açúcar e na fabricação do açúcar eram, no engenho Pedras, até o 3.º quartel do século passado, bastante simples como aliás acontecia em quase toda a província. Vários

(21). — LEITE (Augusto), Entrevista citada. 1975.

testamentos de engenhos de Maruim registraram os utensílios agrícolas utilizados, como pás, enxadas e foices. Entretanto, o detalhado inventário de D. Ana, talvez pela grande quantidade de objetos de maior valor aí relacionados, sintetiza sobre o assunto, quando, à enumeração de carroças e formas de açúcar, acrescenta “e mais outros utensílios”. O arado quase não era utilizado nos serviços da agricultura sergipana, que ainda se achava em estágio bem rudimentar, quanto à técnica de preparação do solo.

Práticas de pousio eram quase impossibilitadas face à reduzida área da propriedade. A devastação constante das matas para satisfazer à demanda de combustível do engenho levava à ocupação de quase toda a área pelo cultivo da cana-de-açúcar. As pastagens necessárias para a alimentação do gado, que se destinava ao trabalho do engenho, podem ter significado possibilidades de aplicação do sistema de rotação de terras. Ter-se-ia uma adubação natural do terreno, capaz de aumentar-lhe a produtividade. Essa associação com a criação contribuiu, em todo caso, para que os excrementos fossem utilizados como adubos, associados à cinza das queimadas, para a revitalização dos solos. Em época mais recente uma pequena rotação foi praticada, embora empiricamente.

Anos seguidos de secas ardentes ou de chuvas abundantes que, com frequência, atingiram a província, não deixaram de provocar danos sobre o desenvolvimento do trabalho da propriedade Pedras. A lavoura canavieira sofria, muito profundamente, a influência das condições climáticas. Tão atuante se fazia sobre o desenvolvimento da planta, quanto a própria natureza do terreno.

A rotina e o atraso que perduraram nos trabalhos agrícolas, durante quase todo o século XIX, também se repetiram no fabrico do açúcar. Até 1874, o engenho Pedras era movido a cavalos (22). Enquadrava-se na grande maioria da força motriz dos engenhos da região e da Província. Nesse ano, de uma relação dos dezessete engenhos moentes e correntes do município de Maruim, somente quatro eram movidos a vapor. Os treze restantes eram impulsionados pela força de cavalos e bois (desses, apenas um). Essa situação evidencia a mentalidade retrógrada dos proprietários de engenhos da zona que, dentre outros sistemas mais evoluídos, mantem-se apegados a uma força motriz que apresenta as menores vantagens, quer pela morosidade que imprime à máquina, quer pelo dispêndio com a aquisição, manutenção e necessidade de constante renovação do rebanho. Mas também revela, principalmente, as suas dificuldades de capitais para

(22). — ARACAJU — APES — Offício da Câmara de Maruim (manuscrito). Doc. 418.

empreender transformações técnicas. As máquinas a vapor eram de difícil aquisição pelos proprietários, que apenas dispunham de poucos recursos.

Em função desse trabalho de movimentar o engenho, o testamento de 1866 relaciona a posse de 30 cavalos e uma grande capacidade de renovação desse rebanho, graças às 16 éguas da fazenda. O número de gado *vacum* aí registrado — 63 bois, 6 garrotes e 2 vacas — leva-nos a crer que, não apenas cavalos trabalhavam no movimento das moendas, mas também bois. Aliás, bem poderia ter havido uma pequena modificação na força motriz do engenho, sem que à Câmara de Maruim tivesse conhecimento, uma vez que naquele mesmo ano Siqueira Maciel queixava-se contra seu cunhado inventariante porque “vendeu mais a fábrica de bois” (23). O maior número de bois se deve à sua utilização em outras atividades da fazenda, principalmente no transporte da cana e da lenha até o engenho. Eram os célebres carros de bois, imortalizados por poetas e pintores, que criavam um ambiente animado e sonoro durante as fainas do tempo de moagem. Em 1866 o engenho possuía dois carros em bom uso, 3 carros quebrados, duas carroças de madeira e uma de ferro (24). Como o engenho distava 2 léguas do porto de embarque, os carros serviam também para conduzir as caixas de açúcar até o porto de Maruim. Quando o produto era acondicionado em sacos, poderia ser transportado por muares. Mas o seu uso era destinado, principalmente, ao comércio de aguardente. Para isso a fazenda dispunha naquele ano de 14 burros.

Em 1874, período de retração, é verdade, ao engenho é atribuída a insignificante produção de 2.500 arrobas de açúcar. No entanto, o seu proprietário tinha aplicado vultosos capitais em terra, escravos, casa de moagem, etc. Admira que participando da elite social e política da província, registrado seu nome em frequentes viagens à Bahia, Luiz Madureira não tivesse percebido a importância da aplicação de métodos mais aperfeiçoados para alcançar uma maior produtividade da sua empresa. Com a adoção de máquinas a vapor e de caldeiras para limpar e cozinhar o caldo da cana, ele poderia ter substituído os animais de tração que imprimiam o movimento às moendas e que, em 1866, representavam não menos de quatro contos de réis. Além de constantes perdas por acidentes ou mortes, exigiam que fossem mantidas maiores áreas de pastagem numa propriedade que já era de reduzido tamanho. Além do apego às tradições, características da mentalidade de abastados senhores de engenho e da falta de capitais que, sem disponibilidade e mobilidade, girava num círculo vicioso,

(23). — MARUIM, ACM — Inventários e Testamentos, 1874.

(24). — MARUIM, ACM — Inventários... *op. cit.*, 1866.

havia a idéia corrente de que a máquina a vapor gasta muito combustível e muita água. Supunham que era um aparelho de difícil manejo, e se desarranjava com facilidade, o que se agravava com a falta de casas de fundição. Alguns fatos contribuíam para sustentar essa aversão às coisas novas, mesmo que elas representassem a garantia de um bom negócio. Foram montados, no engenho Espírito Santo, os aparelhos de Derosne e Cail e um pequeno Wetzell e seu proprietário teve prejuízos por não saber fazê-los funcionar (25). O Barão de Estância trouxe em 1867 máquinas novas e até 1874 tinha sérios problemas para po-las em atividade, entregues

“à ação corrosiva da ferrugem” (26).

Em 8 de maio de 1860, Resolução do Governo de Cunha Galvão cria prêmio de 5 contos a quem estabelecer na Província uma fundição

“que se preste a concerto de machinas de Engenho à vapor, rodas de ferro de moer com água e que ao mesmo tempo fabrique todas as ferragens e instrumentos agrícolas” (27).

Mas o funcionamento, em Aracaju, de fundição a vapor só veio a se concretizar em 1870, para satisfazer essa velha ambição dos governantes e proprietários de engenho esclarecidos que receavam implantar técnicas modernas nas suas empresas sem a garantia de um estabelecimento capaz de sanar qualquer defeito apresentado nas máquinas. Desde então, o número de engenhos a vapor cresceu gradativamente. Contando com apenas 8 em 1863 e com 40 em 1871, alcançaria

“cento e muitos em 1880” (28).

A Fundição fora iniciativa de Cameron, Smith & Cia. e, por isso, se tornou fornecedora de grande número de máquinas adotadas na Província. A. Schramm & Cia, com sede em Maruim, e uma das mais importantes casas estrangeiras, era também grande concorrente no fornecimento de máquinas. Algumas, de fabricação francesa, também foram introduzidas.

(25). — *A Liberdade*, Aracaju, janeiro de 1874 — BPES.

(26). — *Ibidem*.

(27). — *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial* — 1860, pelo Presidente da Província Cunha Galvão. BPES.

(28). — ARACAJU — *Relatórios de Presidentes da Província* — BPES.

A adoção do engenho a vapor em fins do século XIX, não modificou sensivelmente a organização da fazenda. No testamento de Gonçalo Vieira de Melo Prado, observamos que o gado cavalariço quase deixou de existir, em consequência da substituição da força motriz. Esse fato não provocou a expansão das áreas cultivadas com a cana-de-açúcar e a redução das terras de pastagens. O rebanho de 127 cabeças aí mantido no ano de 1866 é reduzido, apenas, para 114 cabeças

“50 de gado a 40 mil réis cada, 60 cabeças de bois mansos de brocha a 60 mil réis cada, 4 cavalos a 50 mil réis cada” (29).

Quando o engenho Pedras passou a utilizar máquinas a vapor para imprimir movimento às suas moendas, nas últimas décadas do século XIX, a indústria açucareira já dera largos passos para a aplicação de técnicas mais modernas e de maior rentabilidade econômica. Em 1885 se iniciava, no município de Riachuelo, a construção do Engenho Central, construído em 1888.

“Com as vantagens que os novos aparelhos asseguravam aos Srs. de Engenho na fabricação de açúcar, comprovados pelo Engenho Central de Riachuelo, os srs. Barões de Estância, proprietários do Escorial e José de F. Rolemberg, do S. Joaquim, município de Divina Pastora, adquiriram vácuos de cobre e que instalaram no seu engenhos, seguidos pelos doutores Gonçalo Rollemberg, no engenho Topo e Thomaz Rodrigues da Cruz no Santa Clara em Japarutuba. Em 1909 Adolfo Rolemberg, no Escorial, instala a primeira usina completa, porém pequena, adquirida na Inglaterra” (30).

Procurando acompanhar essa linha de renovação tecnológica, o Sr. Gonçalo Rollemberg do Prado faz contrato em junho de 1909 com a sociedade anônima inglesa *Henry Roger, Son & Cia of Brazil, Limited* de Wolverhampton e Rio de Janeiro no valor de 6.950 libras esterlinas, para a aquisição de máquinas e materiais para a “Usina Pedras”. Constava de jogos de moendas;

“um motor a vapor horizontal de alta pressão”,

uma caldeira a vapor multitubular cilíndrica, um aparelho

“triplex efeito”

vertical, para evaporar e tratar o caldo, filtros, etc.

(29). — MARUIM — Inventários... *op. cit.*, 1907.

(30). — DANTAS (Orlando), *O Problema Açucareiro de Sergipe*. Livraria Ltda. — Aracaju. 1944.

A maior capacidade de produção que passou a ter, como usina, exigia um volume de canas que a área da propriedade não teria condições de fornecer. Ela já se vinha expandindo, anteriormente, com a compra das terras da Canoa Nova, por exemplo (32). Tornava-se ainda indispensável que lavradores complementassem as suas necessidades. Estabelece-se um sistema de fornerimento de canas que permite a manutenção vantajosa do maquinário adquirido.

E março de 1929 foi firmada uma carta contrato com a vendadora Abw Smith Co. Ltda-Glasgow, através de Ribeiro & Cia., para a compra de novos maquinários — tacho de vácuo de ferro fundido com capacidade de cem sacos de açúcar, duas caldeiras multitubulares a vapor, bomba rotativa para mel, duas bombas centrífugas, etc. (33).

Era a plena participação da empresa na moderna tecnologia de produção do açúcar.

*

Em 1850, claramente se evidenciava a posição do governo ante o problema da escravidão. Mais cedo ou mais tarde o país seria lavado dessa mancha abominável. Antes desse ano, já em 1831, com o estabelecimento de que todos os escravos que entrassem no território brasileiro, vindos de fora, ficavam livres, a Província passou a tomar posição para o cumprimento da lei, quer aumentando a vigilância dos barcos diante do tráfico da mereadoria humana que aí estava se processando ilegalmente, quer mesmo aprisionando os autores desse tráfico, geralmente os chefes de embarcações.

Há exemplos, embora um pouco tardios, de proprietários de engenho que passaram a empregar exclusivamente o trabalho livre para o serviço agrícola de sua fazenda e o fabrico de açúcar: o doutor Sílvio Anacleto de Souza Bastos no seu engenho Taperoá, o major Vicente de Oliveira Ribeiro no engenho Varzinhas (34). Foram movimentos isolados, de pequena repercussão, de uma classe principalmente escravocrata, donos de engenho. A exploração de uma fazenda canavieira pelo braço escravo se identificava melhor com as concepções do seu proprietário, Luiz Barbosa de Madureira, e com a vigente posição dos seus colegas proprietários. Em 1866 o número de escravos arrolados sob o seu poder revela ser o referido engenho um dos mais

(31). — ARACAJU — AB — 1909.

(32). — MARUIM — Registro de Propriedades — ACM.

(33). — ARACAJU — AB — 1929.

(34). — ARACAJU — *O Descrido*, Aracaju, nº 9 — 1882 — BN.

importantes da Província, em força de trabalho. São 129 escravos sobre os quais teceremos algumas considerações sobre sexo, procedência, idade, preço, capacidade de trabalho.

Uma análise sobre a repartição dos escravos por sexo, permite constatar que a propriedade empregava:

Homens — 69

Mulheres — 60

Desperta a atenção o fato de ser utilizado no trabalho da propriedade de uma porcentagem quase idêntica de trabalhadores do sexo feminino e masculino. Warren Dean (35) considera que os homens eram sempre preferidos sobre as mulheres para as atividades agrícolas, por serem mais fortes e resistentes. Dificulta uma melhor apreciação sobre as razões dessa aproximação do número total dos sexos, a falta de especificação das atividades exercidas por cada um.

Pela procedência podemos construir a seguinte tabela:

<i>Procedência</i>	<i>Africanos</i>	<i>Crioulos</i>	<i>Cabras</i>	<i>Mulatos</i>	<i>Pardos</i>
Homens	25	38	3	3	—
Mulheres	8	50	—	1	1
TOTAL	33	88	3	4	1

A observação desta tabela permite constatar que a quantidade de escravos nascidos no Brasil é consideravelmente superior àquela dos escravos nascidos na África. Este fato, apesar da pouca significação, por estar isolado, confirma que, a essa época, a abolição do tráfico negreiro alterou profundamente a relação numérica escravos crioulos-escravos africanos, impedindo que novos escravos da África fossem introduzidos nas fazendas canavieiras. Dos escravos relacionados como nascidos na África, somente um está com 33 anos. Todos os outros possuem de 40 anos para adiante. Os 6 escravos de mais de 60 anos são todos africanos. É pena que os dados fornecidos não se ativessem sobre a origem desses escravos africanos, isto é, a nação de sua procedência na África.

Consideremos a idade desses escravos que permite constatar a capacidade produtiva da propriedade:

(35). — DEAN (Warren), *Slavery on coffee plantations: Rio Claro, Brasil 1820-1880* (population, labor conditions, methods of control, social cohesion). In. Kátia de Queirós Mattoso, "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX". *Revista de História* 97. São Paulo, 1974 p. 109-135.

<i>Idades</i>	<i>até 12 anos</i>	<i>13-25</i>	<i>26-40</i>	<i>41-60</i>	<i>mais de 60</i>
Homens	15	20	6	24	4
Mulheres	16	18	15	9	2
TOTAL	31	38	21	33	6

Levando-se em conta que a capacidade de produção da criança é quase nula, embora, em se tratando da sociedade escravocrata, a criança desde os 7 anos desempenhasse o papel de agente de produção, o engenho Pedras possuía quase 30% de pessoal que poderia ser considerado improdutivo. Esta porcentagem inclui também velhos com mais de 60 anos, um deles alcançando 80 anos, e uma mulher doente do útero. É importante ressaltar que essa porcentagem representa quase um terço do total de escravos da fazenda. Com este número, não deixa de ser oneroso para o proprietário cuidar desses escravos improdutivos cujo custo de manutenção deve ter pesado, sensivelmente na rentabilidade dessa empresa agrícola.

A alimentação distribuída aos negros de Sergipe era tida por autores contemporâneos como melhor que a de outras regiões, como a da Bahia. O vestuário chega a ter um certo apreço. Pelo menos é o que se pode perceber das descrições de negros fugitivos, através de jornais da época:

“Levou vestido camisa d’algodão da terra, calça de brim branco somente, e chapéu de palha de carnauba deb uado com fita de seda preta. Levou também huma jaqueta de riscado vermelho escuro, huma camisa fina, branca, huma calça de gonga azul nova da Índia, huma pequena tualha d’algodão, bo-dada com fio de dito azul” (36).

Alimenta-los e vesti-los não deixava de ser tarefa dispendiosa, cuja compensação estaria na capacidade de produção de cada um.

Temos que levar em consideração que daquele total considerado improdutivo seis representavam, sem dúvida, um capital investido que jamais seria recuperado. Como, porém, a grande maioria era de crianças, 5 delas com capacidade de produção muito próxima e consequente preço de venda bem elevado, o proprietário teria possibilidade de recuperar as despesas com relativa brevidade.

A força escrava do engenho era uma das mais representativas da Província. Seu valor global estava calculado em 102:740\$000 réis significativamente superior ao da propriedade, registrada com o valor

(36). — *Recopilador Sergipense* — 1834 — 244 — BP.

de 90:000\$000. Em inventários, os preços dos escravos, como também dos outros bens móveis e de raiz, são preços de avaliação e, por isso, inferiores ao seu valor real. Não podemos aquilatar a diferença entre o preço dos escravos registrados no inventário e o seu valor no nível das transações. Nota-se uma grande oscilação dos preços dos escravos, conforme sua origem, idade e sexo. Um escravo doente tinha um preço bem mais reduzido como é o caso da crioula de 34 anos que, por ser doente do útero, teve seu preço reduzido para a metade.

O mais alto preço — 1:500\$000 — foi aplicado a quatro escravos: um africano de 47 anos, um crioulo de 7, outro de 25 anos e um mulato de 25 anos. Acreditamos que a criança teve seu valor aumentado por razões afetivas, para que se criassem dificuldades à sua venda. Uma mulata do engenho, mulher de 20 anos, também tem um alto preço — 1:400\$000. Os preços dos escravos variavam entre 100 réis e 1:500\$000. Um deles apenas, com 80 anos, valia 10\$000. Mais da metade, 62 escravos, tinha um valor compreendido entre 800 e 1:300\$000.

Percebemos que a atribuição do valor dos escravos nascidos no Brasil é um pouco inferior à dos escravos africanos. Não seria isso influência da extinção do tráfico negreiro que, cada vez mais os transformou em mercadorias raras? Somente um crioulo, com 25 anos, foi avaliado em 1:500\$000. De 38 deles, 23 estão avaliados entre . . . 800\$000 e 1:300\$000 porque, justamente, esse número está na faixa etária de maior capacidade produtora, isto é, entre 15 e 40 anos. Apenas 2 crioulos têm idade superior a 40 anos. Enquanto o de 44 anos possui um valor de 1:400\$000, certamente pela especialização do seu trabalho, o outro, com 50 anos, vale 800\$000.

Pelo total reduzido, não podemos tirar maiores conclusões, mas percebe-se que não há distinção entre o valor do escravo-homem e do escravo-mulher. A faixa etária de maior valorização da mulher parece estar antecipada à do homem, pois a partir de 20 anos seu preço cai mais nitidamente. É observação superficial, sem margem para comprovação, uma vez que a idade dos escravos crioulos raramente ultrapassa os 40 anos.

<i>Idades</i>	<i>até 12 anos</i>	<i>12-25</i>	<i>25-40</i>	<i>40-60</i>	<i>mais de 60</i>	<i>Total</i>
Crioulos	28	32	20	6	2	88
Africanos	—	—	4	25	4	33

O valor das crianças, dos primeiros dias de vida até os 12 anos, apresenta muitas disparidades. Enquanto a maior parte delas está com

um valor entre 100\$000 a 400\$000, uma de oito meses foi avaliada em 600\$000.

A força de trabalho apoiada no braço humano escravo aumentava a extrema dependência da capacidade de produção da fazenda com relação à saúde e bem-estar de um número fixadamente delimitado de agentes da produção. As condições físicas da escravaria eram primordiais para que a propriedade tivesse a garantia da sua produção.

“Importava a mortalidade nas senzalas em diminuição séria no capital dos Senhores” (37).

Não raras ocasiões, a Província sofreu o alastamento e agravo de doenças infecciosas que se transformaram em epidemias generalizadas e fatais. A febre amarela, o mal das bexigas, a cólera ceifaram muitas vidas que labutavam no campo. Por todo o século XIX, registros de perigosas doenças alertam a população e a previnem sobre os cuidados para afastá-las ou tratamentos prescritos para curá-las. Sem sombra de dúvida, a “Cólica Morbus” que, segundo a outras Províncias do Brasil, alcançou Sergipe em 1855, se constituiu na maior epidemia e de mais funestas consequências. Calculada sua população em 200 mil almas, sofreu naquela ocasião uma perda de 34 mil.

“Um terço dessa cifra foram braços arrancados à lavoura e, segundo estatística, a quantidade dos escravos mortos foi elevada a mais de quatro mil” (38).

A região do Cotinguiba foi um das mais duramente atingidas. A intensificação do flagelo se deu justamente no tempo da própria safra. Prejuízos incalculáveis criaram uma situação penosa para a maioria dos lavradores de açúcar que se viam impossibilitados de cumprir os seus contratos e se sobrecarregaram com prêmios excessivos. Sobre o engenho *Santo Antônio*, vizinho ao Pedras, tem-se notícia de que a epidemia

“invadio com todo rigor”.

(37). — FREIRE (Gilberto), *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patrimonial*, 2º tomo, 13ª edição, Brasil. 14ª em língua portuguesa. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.

(38). — FREIRE — *Correio Sergipense*, Aracaju, abril 3 BP.

Justamente nessa região entre Laranjeiras, Maruim e Rosário do Catete a epidemia se fez acompanhar do tifo e o problema se acentuou profundamente.

“A escravatura dos engenhos tem sido horrivelmente ceifada, grande parte dos mesmos tem deixado de moer e outros ficarão de fogo morto” (39).

Sendo o escravo um bem do proprietário, constitui um investimento que participa do capital fixo da empresa. Sua libertação, sem qualquer compensação para o proprietário veio a se tornar um dano irreparável a curto prazo, uma descapitalização da empresa.

Ao se iniciar o segundo quartel do século XIX, a criação dos engenhos centrais, denominados usinas, contribuiu poderosamente para a solução de um grande problema envolvido na questão do fabrico do açúcar — a substituição eficaz do trabalho escravo.

A criação desses estabelecimentos além de multiplicar e aperfeiçoar melhor o produto, facilita o emprego de braços livres e torna os lucros mais avultados, condicionantes do surgimento do pequeno cultivador, fornecedor de canas.

O trabalhador rural passou a ser o responsável pelas atividades da produção canavieira. Lavrava a terra por diárias; recebia, pelos seus serviços um salário reduzido que o tornava endividado com os proprietários de terra.

Como usina, a partir de 1910, Pedras participou desse mesmo movimento que visava a introduzir-se no processo revolucionário industrial, caracterizado pela melhoria técnica, pelo aumento da produtividade, pela especialização e divisão do trabalho e, principalmente, pela utilização exclusiva da mão-de-obra assalariada.

* * *

V. — CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO.

“É pela força de trabalho, expressa pelo número de escravos que se pode avaliar a produção de um engenho” (40).

(39). — ARACAJU — APES — Ofício da Comissão Médica de Divina Pastora (manuscrito) novembro de 1855. Pac. 849.

(40). — VARGAS (Carmem), História do açúcar no Brasil, in *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, 5 vol. LXXX: 45, 1972.

Partindo de dados fornecidos por Mircea Buescu (41) sobre o rendimento médio de um engenho brasileiro, tentaremos utilizá-los para a obtenção de valores, aproximados a respeito da produção de açúcar do *Engenho Pedras*, em meados do século XIX. Um engenho movido por animais, como esse que ora estudamos, deveria ter uma produção diária de 30 arrobas em 24 horas. Era uma reduzida cifra, considerando que a utilização da água como força motriz poderia elevá-la de 40 a 70 arrobas em 24 horas.

Se um engenho que produzisse cerca de 10.000 arrobas anuais de açúcar, deveria empregar mais de 320 pessoas, proporcionalmente, a estar correta essa avaliação, o engenho *Pedras*, com uma força de trabalho expressa pelo número de seus escravos, já referidos em 1866, poderia alcançar uma produção aproximada de 4.000 arrobas, naquela época.

A um escravo é atribuída a produção média de 60 arrobas por ano. Nesse caso, a um engenho de 360 pessoas que conseguissem produzir 10.000 arrobas anuais, admitia-se que apenas quase 170 delas ou seja pouco menos da metade, participaram efetivamente do processo de produção. Assim sendo, para alcançar a produção de 4.000 arrobas atribuídas à sua capacidade, o engenho em estudo apenas utilizaria cerca dos 68 cativos dentre o total da sua população escrava, em 1866. Como se calcula que de 100 escravos costumam empregar-se no trabalho do campo 55, vemos o cálculo feito ajustar-se perfeitamente, quando do total de 129 escravos, mais ou menos 70 estavam ocupados com o amanho da terra e atividade da fábrica. Os demais eram orientados para serviços outros, principalmente domésticos. Em sua maioria, eram meninos, velhos, doentes, etc., que prestam serviços pouco valiosos ou são inteiramente inúteis.

Se considerarmos que desses 70, 40 devessem trabalhar a terra, e que cada enxada regularmente trata uma tarefa de rego e uma a uma e meia de soca e o produto de cada enxada bem administrada, é de duas a três caixas, ou seja, de 90 a 125 arrobas, raras vezes mais de 120 (42), podemos admitir que o cálculo da produção em 4.000 arrobas tem chance de se consolidar.

A casa d'alambique que se associava ao conjunto do engenho completava o quadro natural do complexo açucareiro. Quase todas as propriedades canavieiras produziam, além do açúcar, a aguardente. Era um comércio animado e de maior movimentação de capitais. Em 1848 o engenho *Pedras* destila 12 canadas por dia, numa produção

(41). — BUESCU (Mircea), *Evolução Econômica do Brasil*, APEC, Rio de Janeiro, 1974.

(42). — CARSON (João), *Correio Sergipense* — Aracaju, 1854.

anual de 3.600 canadas (43). Não constitui esse alambique um dos que tivessem maior capacidade. O seu cunhado Tenente-Coronel Gonzalo Faro Rolleberg, no seu engenho *Flor da Murta*, conseguiu uma produção de 6.000 canadas com seus próprios meios e com os que compra a outros engenhos.

Em 1874, a Câmara Municipal de Maruim dá ao engenho *Pedras* uma produção de 500 pães ou 2.500 arrobas ou 37,40 Kg. Esses números não correspondem à época do pleno florescimento do engenho, quando possuía um número de escravos que assegurasse uma maior rentabilidade, conforme vimos. Pelo contrário, são referentes à época de grande crise quando seria feita a arrematação da propriedade por insolvência de dívidas. E segue-se a uma época de extravios, quando o filho inventariante, Manuel Roleberg Madureira, administrando mal a propriedade e desagregando o patrimônio paterno, levou-o ao pleno caos. No quadro fornecido pela citada Comissão, encontramos engenhos próximos, também movidos a cavalos, com produção de 5.000 arrobas como o *Toque*, *Mungula*, *Olhos d'Agua* e *Flor de Maruim*. Se utilizavam à máquina a vapor, a produção podia subir para 10.000 ou 11.000 arrobas como nos engenhos *Mato Grosso*, *São Joaquim* e *Santo Antônio*.

As moedas antigas causavam prejuízo de até 50% do caldo. Um aparelho de maior força que fosse adotado pelos engenhos maiores de 16 a 20 arrobas, poderia fazer sua produção subir a 40 ou 50 mil. Custava apenas de 35 a 40 contos de réis. Não era que faltasse completamente ao senhor este capital. No caso do engenho *Pedras*, somente em escravos ele possuía 3 vezes mais o valor dessa quantia. Faltava-lhe, porém, o necessário espírito de renovação que lhe permitisse romper com a estrutura vigente que assegurava ao proprietário uma importância correspondente ao número de escravos que estivesse sob o seu domínio. A produção da cana, numa propriedade de área reduzida, não seria suficiente para alimentar um maquinário de grande capacidade de produção. Todos esses fatores atuam para provocar uma posição de inércia entre a classe de proprietários.

Transformando em usina, um dos seus objetivos principais, o aumento da produtividade — teria necessariamente que ocorrer. O latifúndio, novamente implantado pela absorção dos banguês e usinas de pouca capacidade e aperfeiçoamento da técnica, teria necessariamente que gerar a multiplicação da sua capacidade de produção.

Em 1940-1941, a Usina *Pedras* e suas agregadas conseguiram atingir uma produção de 45.749 sacos (44). Recebendo cada saco

(43). — ARACAJU, APES — Relação de alambiques da vila de Maruim (manuscrito) Pac. 725.

(44). — ARACAJU — AB — Receita e despeza da Usina *Pedras* S.A. — 1941.

60 Kg, significava que a produção era de 2.744.940 Kg ou seja de 182.996 arrobas ou aproximadamente 183 toneladas. De engenho banguê para usina, a produção cresce numa porcentagem extraordinária. Ela chegou a alcançar o total máximo de 56.000 sacos durante o tempo do Cel. Gonçalo.

Para a conservação da *Usina Pedras* e algumas fazendas, naquele ano, a empresa realizou as seguintes despesas:

Fazendas Pedras	88:053\$500
“ Vitória	31:897\$100
“ Pombinha	16:603\$000
	170:804\$300

Era um total de gastos no valor de 170:804\$300. Acrescente-se a esta quantia a importância de 101:116\$700 correspondente às compras de cana.

As canas moidas pelo maquinário da usina vinham das diversas propriedades da empresa agrícola e de fornecedores de cana.

Pedras	6.157.190 kg
Victoria	2.280.920 kg
Unha do Gato	3.336.590 kg
Pombinha	1.616.710 kg
Peripery	3.366.850 kg
Catete Novo	3.482.510 kg
Sítio Novo	1.665.100 kg
Agenor Rocha	3.048.440 kg
Lavradores da Usina	2.411.692 kg
Pequenos Fornecedores	3.411.692 kg

O compromisso de fornecimento de cana estabelecia-se muitas vezes através de uma declaração formal. Em 1924 celebra-se um desses compromissos entre Crispim de Faro e o Coronel Gonçalo Rollemberg do Prado, sob pena de pagamento de multa para quem o transgredisse. Formalizava-se um costume

“já de tantos anos estabelecido entre nós”

de fornecer a produção do engenho *Periperi*, durante a moagem. Regulamentava o contrato que quinzenalmente seriam feitos os pagamentos e um preposto do fornecedor assistiria às pesadas dos seus produtos (45).

(45). — ARACAJU — AB — Contrato de fornecimento de canas.

O Comício Agrícola de Maruim se pronuncia em 1881 contra contratos para o fornecimento de canas a preços fixos por quilograma. Na Martinica se faz obrigatório o fabricante do açúcar pagar ao fornecedor das canas 6% em açúcar.

“Parece que entre nós 5% seria um termo razoável” (46).

Essa posição visava possibilitar ao fornecedor de canas auferir das vantagens do alto preço e torna-lo partícipe de sua baixa.

O crescimento da demanda da matéria prima por parte da usina pode ser parcialmente atendido através desse sistema de fornecimento, já que o aumento das áreas do conjunto ainda não eram suficientes para garantir a plena utilização dos seus equipamentos. As reformas introduzidas nesse setor pelo Dr. Gonçalo levaram à duplicação da sua capacidade. Quando da reunificação da Usina Pedras e Oiteirinhos, a produção alcançou a casa dos 158.789 sacos de açúcar na safra de 1969/1970. Apesar de se ter plantado muito mais canas, a safra de 1970/1971 foi profundamente sacrificada com a seca desse ano. Houve então uma queda de produção para 132.000 sacos. Como a seca tem reflexos mais prolongados, a safra de 1971/72 manifestaria ainda um declínio de produção alcançando apenas 128.000 sacos embora o volume de canas compradas na fazenda Caraibas devesse assegurar um volume de açúcar bem mais elevado (47).

*

Desde os fins do século XVIII que os preços do açúcar vinham melhorando sensivelmente. Em 1781, em sua “Carta muito interessante”, José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairú, informava a Domingos Vandelli que, desde cinco anos, o valor do açúcar tinha quase dobrado. E continuou a subir (48). Com essa motivação de preços, os engenhos proliferaram na Província ao alvorecer do século XIX. O aumento da produção do açúcar foi seu resultado natural. Ao tempo em que a Província intensificava sua lavoura canavieira, o açúcar começa a evidenciar-se como seu principal produto de exportação. Era através das vias fluviais que canoas transportavam as caixas ou sacos de açúcar até os portos de embarque. Aí, embarcações nacionais vinham apanhar o produto e o conduziam à Bahia onde era pesado e marcado; considerado como baiano, o açúcar era exportado para portos estrangeiros. Nosso comércio até 1839 foi exclusivamente

(46). — ARACAJU — APES — Ofício do Comício Agrícola de Maruim ao Presidente da Província. Pac. 418.

(47). — LEITE, Augusto — Entrevista citada. 1975.

(48). — LISBOA (José da Silva), *Carta muito interessante* in Manuel Diégues Júnior. “O Açúcar no período da Independência”. Brasil Açucareiro. LXXX (2) 20p. 1972.

colonial. Somente lá pela metade do século XIX, a Província de Sergipe lutaria contra a prejudicial tutela que a Bahia vinha exercendo sobre o nosso comércio (49).

As facilidades de escoamento do açúcar, produto que visava, principalmente, à exportação, tinham que ser consideradas quando do estabelecimento de um engenho. Esse fator e a natureza própria do terreno representavam o motivo primordial da concentração dos engenhos às margens dos rios, próximos do litoral. Tornava-se muito dispendioso transportar caixas de 45 arrobas, aproximadamente, por meio de carroças. Enquanto uma carroça só conseguia levar ao porto de embarque uma caixa com tal peso, uma barca poderia conduzir 20 caixas (50).

Quando acontecia de um proprietário mais afoito erigir engenhos a 8 ou 14 léguas do porto, as despesas eram muito acrescidas em virtude dos fretes mais altos cobrados para a condução do açúcar até o local onde seriam embarcados. O engenho *Pedras* fora erguido a 2 léguas do porto de embarque. Em decorrência disso, as suas despesas para levar o produto ao porto onde as sumacas iam apanha-lo e conduzi-lo aos outros portos nacionais ou estrangeiros eram maiores que as dos engenhos que ficavam às margens ou a uma ou menos légua de distância (51). Manoel Rollemberg paga de carroto, em 1823, 1\$280 réis por caixa enquanto um engenho erguido a uma légua paga a metade ou um à beira-mar dispense apenas 160 réis por caixa.

Empresa de poucos lucros, como era a maior parte dos nossos engenhos, tinha que necessariamente, levar em consideração o acréscimo dessas despesas como sensíveis à sua rentabilidade.

O acondicionamento do açúcar a ser exportado era feito em caixas. A obtenção da madeira para a confecção das caixas de açúcar foi responsável pela diminuição nas nossas matas, pelos primeiros donos de engenhos. Quando do esgotamento das nossas reservas, a Província teve que apelar para a importação. A carga de sumacas e lanchas que demandavam os nossos portos em busca do açúcar traziam em seu bojo a madeira para feitura das caixas (52). A preferência por esse tipo de acondicionamento, apesar de oneroso, se deve à qualidade de preservar melhor o produto. O açúcar exportado em sacos e feixes

(49). — ALMEIDA (Maria da Glória S. de), *A Barra da Cotinguiba e o Açúcar 1840-1850*. Trabalho apresentado ao V Simpósio de História do Nordeste, Aracaju 14-18 de agosto de 1973.

(50). — ARACAJU — BPES. Relatórios diversos. Ref. 818.

(51). — ARACAJU — APES — Cópia de matrícula dos Engenhos desta Província (manusc.) 823.

(52). — ALMEIDA (Maria da Glória S. de), *A Barra...*, *op. cit.*

somente a partir de 1840 começa a ganhar terreno. Era uma decorrência das dificuldades de madeiras, dos transtornos do deslocamento e da preferência de mercados estrangeiros pelo produto ensacado. Os compradores europeus reclamavam o exagerado tamanho das caixas

“o que não só influi para que estes nos preços que oferecem pelo gênero já levem em conta as grandes despesas do trânsito, mas até para muitas vezes preferirem o de outras nações que acondicionando em barricas e sacos lhes proporciona mais vantagens na condução” (53).

Em 1823, cada caixa custava 2\$500 réis e exigia mais de 400 réis de pregos para confecciona-la (54). Todos os senhores de engenho tinham que por as marcas dos seus engenhos nas caixas. Naquele ano, o engenho *Pedras* exporta seu açúcar em caixas contendo as iniciais do seu proprietário *MR*. Para fazer sua produção de açúcar chegar até à Bahia, o proprietário do Engenho *Pedras* tinha uma despesa de 13\$600 réis por caixa, pregos, carreto, encaixe, frete, levantamento, etc. . . Somente de frete ele gastava a quantia de 8\$000 réis. Essas despesas contribuíam para encarecer o produto, diminuindo o lucro.

Em 1843, o Sr. Dr. Pinto de Carvalho demonstrou como o açúcar comercializado ficava muito prejudicado com a taxa de 5% adotada na nossa legislação.

“O lavrador paga de fato 6,5% e não 5% como quer a lei, — pois que regulando-se o despacho pelo preço do mercado da Bahia, onde o assucar é regularmente mais caro um cruzado do que na província — essa diferença importa o ônus de 1 1/2% contra o lavrador, que é quem vem a pagar todos os vexames que se fazem quer ao comércio quer a propria lavoura” (55).

Dos trapiches que controlavam o recebimento do açúcar sergipano na capital baiana, na década de 40, o Gomes, o Pilar e o Barnabé eram os que recolhiam maior número de caixas vindas dos portos do Cotinguiba (56). Sem dúvida, para um deles ia parte do açúcar produzido pelo engenho *Pedras*. Em 1839 estabelecia-se em Maruim

(53). — OLIVEIRA (Clemente Álvares), *Memória oferecida aos Agricultores e Negociantes do Império do Brasil*.

(54). — ARACAJU — APES — cópia de matrícula... *op. cit.*, 1823.

(55). — ARACAJU — A União Liberal. Aracaju. abril de 1853.

(56). — ARACAJU — APES — pac. 1.

uma exportação estrangeira. Era um grande passo para o incentivo comercial da região.

A Schramm, conhecida na Província como casa inglesa, era na verdade de hamburgueses que se incumbiam, principalmente, de negócios com a produção do açúcar. Forneciam dinheiro, financiavam máquinas e se encarregavam de fornece-las aos proprietários de engenhos. A produção de açúcar da Cotinguiba que se orientava para a Alemanha o fazia através dos seus representantes em Maruim. De tal forma se intensificava a exportação do açúcar da Província para aquele país europeu que quando da guerra franco-prussiana os armazens de açúcar sergipanos ficaram abarrotados do produto, pelas alterações do seu comércio. Não podemos determinar o grau das relações entre o engenho Pedras e a casa Schramm. Pela proximidade de ambos, certamente não deixou de haver relacionamento comercial entre eles. Entretanto, a intervenção da casa hamburguesa em assuntos de comercialização do açúcar não afastou o engenho da dependência do mercado baiano.

A exportação não era feita diretamente pelos produtores. O açúcar era vendido aos mesmos comerciantes que forneciam capitais de giro aos donos de engenhos, provocando o endividamento destes em favor daqueles. A falta de fundos em circulação na Província fazia com que as pessoas mais necessitadas.

“principalmente na classe dos agricultores, tomassem dinheiro a prêmio de 3% e mesmo 4%”.

O comércio de Sergipe dependia essencialmente da Bahia. Não era apenas a força do hábito atuando sobre uma população resistente às inovações. Era principalmente a imposição do crédito. A maior parte dos nossos lavradores iam procurar na Bahia, os capitais de que tinha necessidade. Eram os principais comerciantes de açúcar que lhes forneciam o dinheiro a juros extorsivos e agravados, muito mais ainda, pela obrigação de ser mandada a produção para os armazens da Capital baiana.

O fato de serem vendedores do gênero os credores da classe produtora resultava abusos que restringiam a sua autonomia comercial retirando-lhe a liberdade de esperar melhor mercado para os seus produtos. Almejando um banco agrícola que pudesse remediar essa prejudicial dependência, os proprietários viram baldadas as poucas medidas objetivas que, ano após ano, até os fins do século XIX, concretizassem a fundação de uma casa creditícia em Sergipe. Sem alternativas,

“o lavrador recorreu aos compradores do seu açúcar” (57).

Uma vez consciente da necessidade do lavrador, o comércio de exportação, monopolizador, impôs-lhe condições onerosas: os juros, 15% mais do que o legal, sem amortização, e a imposição do preço da mercadoria, de modo que o lavrador perdia dois terços do suor do seu trabalho...

“mais da metade das roças p'opriedades foram hipotecadas” (58).

A generalização desse fenômeno atingiu o engenho *Pedras* que, como outras empresas da Província, se viu dependente dos comerciantes de açúcar da Capital baiana. Disso adveio-lhe funestas consequências. Em 1873 Antônio Pereira Espinheira e Companhia negociantes da Bahia, entra em justiça protestando uma dívida de valor superior a cem contos

“que esse débito está plenamente garantido pela escriptura de hipoteca comp ehendida do Engenho Pedras e suas terras e benfeitorias. Com 103 escravos que o mesmo comendador e sua mulher D. Anna Rollemberg Madureira tambem falecida passarão aos suplicantes na cidade da Bahia de 28 de agosto de 1863” (59).

Como integrante das complexas relações do capitalismo, o engenho *Pedras*, nas primeiras décadas do século participa das dificuldades de comercialização do açúcar, manifestas nas constantes baixas de preços e numa produção em massa gerando a super-produção.

O açúcar produzido pela usina era enviado, em 1840/1841, para o trapiche Cruz de onde era exportado por navios que frequentavam o porto de Aracaju. Da produção oficial daquele ano, 45.625 sacos foram conduzidos para esse trapiche. Mais recentemente, a exportação se fazia principalmente por rotas terrestres. O porto de Aracaju tornou-se impraticável ao recebimento de navios e provocou reflexos sobre a comercialização do açúcar, uma vez que o transporte por caminhões é mais oneroso que por navios. O produto procurava o mercado da Bahia, principalmente. Alguma parte ia para o Rio de Janeiro, donde seguia também para os portos estrangeiros. Uma porcentagem certa que tomava esse destino da antiga capital era a da “cota de sacrificio” parte proporcional da produção de cada um que se destinava às refinarias do I. A. A.

(57). — ARACAJU — *O Estado*. Aracaju, 3, agosto. 1891. BPES.

(58). — *Ibidem*.

(59). — MARUIM, ACM — Inventários e Testamentos. 1872.

* *
*

VI. — *CONSIDERAÇÕES FINAIS.*

O engenho Pedras, sendo do tipo banguê, era uma fábrica de média capacidade produzindo pouco mais de três mil arrobas. Adaptava-se, então, a um sistema fundiário que exigia áreas de cultivo de menor dimensão, pelos gastos de instalação e movimentação do engenho, pelas dificuldades de mão-de-obra e capitais para promove-las. Por isso pode constituir-se, como várias outras unidades açucareiras vizinhas, duma primitiva superfície muito mais extensa. A usina, mais aperfeiçoada, dispunha de uma aparelhagem industrial bem mais complexa, o que lhe permitia uma produção incalculavelmente superior, pelo melhor aproveitamento da matéria prima e pela maior capacidade de moagem. Mas, para isso, era necessário a correspondente evolução das áreas de plantio, quer pela racionalização dos processos de cultivo, quer também pela absorção de áreas muito mais vastas. A usina conduz ao latifúndio. Dá-se, no caso da unidade de produção estudada, o reagrupamento das terras que, nos inícios do século XIX, tinham possibilitado a composição de pequenas empresas.

Os períodos de maior expansão da propriedade, ou sejam, 1830/1850 e 1910/1940, paradoxalmente, coincidem com períodos de crise da economia açucareira do Brasil. Na primeira fase, em meados do século XIX, a crise se manifesta pela estabilização e início da queda dos preços do açúcar e diminuição da procura do produto pelos mercados exteriores, pela superação das técnicas de cultivo e produção por outras regiões, que passam a fazer concorrência ao açúcar brasileiro. A segunda fase, nas primeiras décadas do século atual, transforma um quadro que se anunciava promissor nos fins do século XIX, numa repetição de crises sucessivas, caracterizadas também pela queda dos preços e crescimento da produção sem absorção pelo mercado consumidor. Podemos dizer que a precariedade das bases em que se apoiou o crescimento da propriedade no século XIX, condicionou os profundos transtornos do período de retração que se lhe seguiu, acentuados pela partilha sucessória; no século XX, entretanto, a diversificação dos empreendimentos sob a ação de um dirigente de grande capacidade administrativa, levou a empresa açucareira a um prodigioso desenvolvimento.

Seus períodos de depressão e expansão se relacionam muito estreitamente com o processo de transmissão hereditária. Por três ocasiões, nesses dois séculos, a existência de um único herdeiro conseguiu a preservação da integridade dos bens deixados pelos ancestrais

e a aplicação dos seus rendimentos em setores que, de acordo com a vigente ideologia do sistema, conseguissem alcançar um maior rendimento do seu processo de produção açucareira. Na primeira metade do século XIX, sob Madureira, a correlação considerada indispensável entre um engenho de grande importância e capacidade e a posse de um elevado número de escravos resultou na ampliação dos negócios, através da aplicação de vultosos capitais na aquisição da escravagem. Em outra ocasião, envolvendo duas gerações consecutivas, o longo período de equilíbrio pode assegurar o seu engajamento no processo de capitalização da economia açucareira.

A propriedade Pedras se transformou gradativamente em usina, ora alterando e aperfeiçoando sua aparelhagem, ora adquirindo um vácuo, ora uma turbinas, ora um tríplice efeito. Foi o fruto de um proprietário mais esclarecido que se convenceu das vantagens que traziam os evaporadores a vapor sobre os antigos, a fogo nu. Mas não foi resultado de estudos preliminares que selecionassem a área mais propícia pela garantia de fornecimento da matéria prima capaz de corresponder à capacidade de produção do seu maquinário, às vantagens de comercialização que se manifestam com a expansão dos mercados externos e à manutenção dos preços do produto num nível compensador aos capitais de investimento nela aplicados. Membro da antiga família do engenho, José Nunes Barbosa Madureira, interrogava através de *O Estado*.

“Em qualquer zona do nosso Estado prova-se que os proprietários, se procuram o bem estar próprio não o sabem. Como explicar-se máquinas de força superior às necessidades das propriedades? Como explicar-se que a maior parte do tempo acham-se paralizados? Como explicar-se grande parte de terrenos em descanso por julgarem-se cansados?” (60).

O obtenção de capitais para a manutenção e montagem de aparelhagem moderna, sempre se constituiu como uma forma de restrição aos proprietários mais dinâmicos. A falta de casas creditícias na Província, provocou sérios entraves à expansão dos negócios do engenho e, muitas vezes, foi a causa da posição retrógrada desse ou daquele proprietário. Em algumas ocasiões faltavam-lhe as condições de autofinanciamento e, então, a aquisição do dinheiro necessário para investir em terras e equipamentos significou a condução da empresa a uma situação de estrangulamento, sob o peso da usura. Pela inexistência de Bancos ou pelas limitações que a política governamental po-

(60). — O ESTADO. Aracaju, outubro de 1891 — BPES.

deria impor a determinadas formas de investimento, teve-se que fazer o apelo ao crédito particular, com a cobrança de juros exorbitantes. Qualquer alteração no volume da produção, tantas vezes provocada pelas condições adversas do tempo ou dificuldades de comercialização, poderia conduzir à impossibilidade de pagamento ou ao avolumamento das dívidas tornadas insaldáveis.